

# RECURSO ADMINISTRATIVO

**ILUSTRÍSSIMO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI/RN**

**Edital TOMADA DE PREÇOS Nº 0043/2023**

**PILAR EMPREENDIMENTOS LTDA - ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 13.721.826/0001-91, com endereço na Rua Expedito Alexandre da Cunha, 18, Centro, Olho D'água do Borges/RN, através do seu representante legal FRANCISCO DJALMA CARLOS DE AMORIM, CPF: 130.087.144-04, RG:002.210.799, vem à presença de Vossa Excelência com fulcro no art. 109, inciso I, alínea "a" e § 4º, da Lei 8.666/93, apresentar **RECURSO** contra decisão que reputou inabilitada a recorrente na referida Concorrência, pelos fatos e fundamentos a seguir delineados.

## **I. DA TEMPESTIVIDADE E DO EFEITO SUSPENSIVO DO RECURSO**

O presente recurso é tempestivo, pois que protocolado dentro de 5 dias úteis da ciência da decisão que reputou inabilitada a recorrente (art. 109, I, "a", Lei 8.666/93), publicada na terça -feira dia 03 de outubro de 2023, no Diário Oficial dos Municípios da FEMURN. Sendo assim, seu conhecimento é medida que se impõe.

Deve, ainda, ser-lhe atribuído efeito suspensivo, nos termos do art. 109, §2º, da Lei 8.666/93.

## **II. DECISÃO RECORRIDA**

A insurgência recursal volta-se contra decisão proferida no bojo da Tomada de Preços nº 003/2023 da PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI/RN, em que a recorrente fora julgada inabilitada para o certame, pelos seguintes motivos determinantes:

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

FRANCISCO  
DJALMA  
CARLOS DE  
AMORIM:13  
008714404

PILAR EMPREENDIMENTOS, CNPJ: 13.721.826/0001-91, não  
atendeu aos itens 8.4.4 e 8.4.1.1

Assinado de forma  
digital por  
FRANCISCO DJALMA  
CARLOS DE  
AMORIM:130087144  
04  
Versão do Adobe  
Acrobat Reader:  
2023.006.20320

RUA EXPEDITO ALEXANDRE DA  
CUNHA, 18, SALA "A", CENTRO -  
OLHO D'ÁGUA DOS BORGES/RN



**PILAR EMPREENDIMENTOS**

**CNPJ: 13.721.826/0001-91**

**(84) 9 9645-6067**

**PILAREMPREENDIMENTOSEIR  
ELI@GMAIL.COM**



# RECURSO ADMINISTRATIVO

Da decisão, extrai-se que a PILAR EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 13.721.826/0001-91, não atendeu aos itens que seguem do edital.

8.4.4. Deverá a empresa dispor do plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS) conforme as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos sólidos da construção civil estabelecidos na Resolução Nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores do Conselho nacional de meio ambiente (Conama) e a Instrução normativa Slti/Mp Nº 1, de 19/01/2010. O devido plano deverá vir acompanhado Da anotação de responsabilidade técnica (ART) de acordo com a lei 6.496/77

8.4.1.1. Apresentar declaração de realização da visita ao local da obra, expedido pela secretaria de obras do município, para evitar alegação posterior alegação por não haver conhecimento prévio do local da execução da obra para o cumprimento das condições contratuais.

Conforme se passará a demonstrar, **a inabilitação da recorrente não merece prosperar**, pois os itens editalícios desrespeitam a ligação vigente. O provimento deste recurso se faz necessário não só a fim de ser respeitada a legalidade, mas também como medida para assegurar a mais ampla competitividade do certame licitatório, viabilizando, assim, que a entidade licitante possa alcançar a proposta mais vantajosa, nos termos do art. 3º da Lei 8.666/93.

### III. DAS RAZÕES DE REFORMA DA DECISÃO RECORRIDA:

O primeiro dispositivo, violado pelo órgão licitante, é o art. 37, inc. XXI2 da Constituição Federal, pois, o constituinte impôs a exigência apenas de exigências de qualificação indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O segundo dispositivo, violado, refere-se a Lei Federal nº 8.666/1993. Vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da

FRANCISCO  
DJALMA  
CARLOS DE  
AMORIM:13  
008714404

Assinado de forma  
digital por  
FRANCISCO DJALMA  
CARLOS DE  
AMORIM:130087144  
04  
Versão do Adobe  
Acrobat Reader:  
2023.006.20320

RUA EXPEDITO ALEXANDRE DA  
CUNHA, 18, SALA "A", CENTRO -  
OLHO D'ÁGUA DOS BORGES/RN



PILAR EMPREENDIMENTOS

CNPJ: 13.721.826/0001-91

(84) 9 9645-6067

PILAREMPREENDIMENTOSEIR  
ELI@GMAIL.COM



# RECURSO ADMINISTRATIVO

moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§1º É vedado aos agentes públicos; I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo [...].

Mesmo diante da vedação legal, o município de Apodi impôs a exigência de condições que comprometem o caráter competitivo do certame, visto que, afastam interessados, pois, para atender as exigências, os licitantes arcarão com custos para elaboração das peças técnicas.

O egrégio Tribunal de Contas da União (TCU), editou a súmula nº 272/2012, taxando como ilegal a inclusão de exigências de habilitação cujo atendimento tenha de incorrer em custos prévios. Vejamos:

No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

Outrossim, nos termos das Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal, a Administração pode rever seus próprios atos quando civados de vícios que os tornem ilegais.

Sobre o tema o Supremo Tribunal Federal já se manifestou no sentido de que:

*"A Constituição do Brasil exclui quaisquer exigências de qualificação técnica e econômica que não sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. A discriminação, no julgamento da concorrência, que exceda essa limitação é inadmissível" (ADI 2716, Relator: Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, julgado em 29/11/2007).*

## Acórdão nº 170/2007 – Plenário – TCU

Posto isto, a exigência de plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS), é indevida, pois visa afastar a concorrência e a participação de empresas no processo licitatório.

Quanto a outra exigência, é **indevida** a exigência **exclusiva** de atestado de visita prévia. Vejamos decisão recentemente proferida pelo TCU:

FRANCISCO  
DJALMA  
CARLOS DE  
AMORIM:13  
008714404

Assinado de forma  
digital por  
FRANCISCO  
DJALMA CARLOS DE  
AMORIM:130087144  
04  
Versão do Adobe  
Acrobat Reader:  
2023.006.20320

RUA EXPEDITO ALEXANDRE DA  
CUNHA, 18, SALA "A", CENTRO -  
OLHO D'ÁGUA DOS BORGES/RN



PILAR EMPREENHIMENTOS

CNPJ: 13.721.826/0001-91

(84) 9 9645-6067

PILAREMPREENHIMENTOSEIR  
ELI@GMAIL.COM



# RECURSO ADMINISTRATIVO

A vistoria ao local da prestação dos serviços somente deve ser exigida quando imprescindível, devendo, mesmo nesses casos, **o edital prever a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por declaração do responsável técnico da licitante** de que possui pleno conhecimento do objeto, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos. **(Acórdão 1737/2021 - Plenário)**

Atende o art. 30, inciso III, da Lei no 8.666/1993, sem comprometer a competitividade do certame, conforme art. 3o, § 1o, inciso I, do citado dispositivo legal, a substituição de atestado de visita por declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizara para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avencas técnicas ou financeiras com o órgão licitador.

## **Acórdão 1174/2008 Plenário**

A exigência de vistoria que onere de forma desnecessária a participação de interessados em procedimento licitatório caracteriza restrição ao caráter competitivo da licitação, de que trata o art. 3o da Lei no 8.666/1993, ensejando, por isso, a nulidade do procedimento.

## **Acórdão 874/2007 Segunda Câmara (Sumário)**

Vale ainda frisar que o fim maior do procedimento concorrencial é a ampliação da disputa, jamais a redução do número de licitantes. Importa ressaltar que o acatamento das razões contidas no presente Recurso Administrativo não imporá qualquer espécie de prejuízo ou risco à segurança da Prefeitura Municipal de Apodi/RN, acaso venha a contratar com a RECORRENTE, uma vez que através dos documentos acostados ao vertente processo concorrencial, encontra-se fartamente demonstrada, atende o que exige a Lei 8666/93.

Não há qualquer motivo para a inabilitação da empresa **PILAR EMPREENDIMENTOS LTDA.**

## **IV. CONCLUSÃO**

**PELO EXPOSTO**, preliminarmente, requer seja conhecido o presente recurso, seja-lhe atribuído efeito suspensivo e reconsiderada a decisão recorrida, ex vi do art. 109, § 2º, Lei nº 8.666/93.

FRANCISCO  
DJALMA  
CARLOS DE  
AMORIM:13  
008714404

Assinado de forma  
digital por FRANCISCO  
DJALMA CARLOS DE  
AMORIM:13008714404  
Versão do Adobe  
Acrobat Reader:  
2023.006.20320

RUA EXPEDITO ALEXANDRE DA  
CUNHA, 18, SALA "A", CENTRO -  
OLHO D'ÁGUA DOS BORGES/RN



**PILAR EMPREENDIMENTOS**

CNPJ: 13.721.826/0001-91

(84) 9 9645-6067

PILAREMPREENDIMENTOSEIR  
ELI@GMAIL.COM



## RECURSO ADMINISTRATIVO

Caso não seja reconsiderada a decisão recorrida pela d. Comissão Permanente de Licitação, requer seja o presente recurso remetido à Autoridade Superior e, no mérito, que **lhe seja dado provimento para reformar a decisão recorrida e julgar habilitada a recorrente**, sobretudo porque demonstrado que não há exigência editalícia e/ou legal (art. 14, da Lei nº 5.194/66) que determine

Requer, por fim, que todas as comunicações e intimações relativas ao presente recurso e seu julgamento, além de a regular publicação no diário oficial do Município, sejam feitas diretamente à recorrente, sob pena de nulidade, nos termos do art. 26 c/c art. 28 da Lei nº 9.784/99.

Olho D'água do Borges/RN, 04 de outubro de 2023

Nesses termos, pede deferimento.

FRANCISCO  
DJALMA CARLOS  
DE  
AMORIM:13008714  
404

Assinado de forma digital  
por FRANCISCO DJALMA  
CARLOS DE  
AMORIM:13008714404  
Versão do Adobe Acrobat  
Reader: 2023.006.20320